

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRO REITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

UM OLHAR SOBRE O PROJETO DE ASSENTAMENTO  
AGROEXTRATIVISTA DA ILHA DO BAIXIO NA PERSPECTIVA  
DAS MULHERES ILHA.

Bolsista: Gilberlene Sousa Carvalho, CNPQ

MANAUS  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRO REITORIA DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO PARCIAL  
PIB-H-0053 |2011  
UM OLHAR SOBRE O PROJETO DE ASSENTAMENTO  
AGROEXTRATIVISTA DA ILHA DO BAIXIO NA PERSPECTIVA  
DAS MULHERES ILHA.

Bolsista: Gilberlene Sousa Carvalho  
Prof. Dra. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Manaus  
2012

## RESUMO

O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Ilha do Baixio foi criado pelo INCRA em 2007 numa área de várzea do município de Iranduba. A presente pesquisa se propôs a descrever etnograficamente como se dá a participação das mulheres da Ilha no processo de criação e implantação do referido PAE. A partir do modo como o empreendimento foi percebido pelas mulheres que moram na região, tentando compreender como o PAE interferiu no cotidiano e na organização dessas mulheres. Desse modo, me propus a descrever a modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista que foi implantado na Ilha e contextualizar tal projeto no âmbito da política regional de reforma agrária. Preocupei-me também em identificar e analisar as mudanças sociais na Ilha do Baixio, advindas do processo de organização das mulheres e da criação do PAE.

Diante disto a metodologia que foi empregada para se alcançar os objetivos citados acima esteve ancorada em métodos qualitativos, como a etnografia, que tem como principal preocupação o significado das ações e os eventos dos atores ou grupos pesquisados relacionado na maioria das vezes a sua cultura. Utilizamos ainda o método de reconstrução da memória social, a pesquisa também esteve em certa medida ancorada na observação participante, fiz uso de questionários com entrevistas semi-estruturadas para obter algumas informações mais precisas, realizei também uma pesquisa bibliográfica e de documentos, já que a pesquisa documental é de extrema importância na construção do conhecimento.

**Palavras Chave:** Mulheres da Floresta, assentamento e políticas pública

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| LISTA DE FIGURAS .....                            | 7  |
| LISTA DE SIGLAS .....                             | 8  |
| INTRODUÇÃO .....                                  | 9  |
| 1.0 REFORMA AGRÁRIA E AMBIENTALIZAÇÃO .....       | 12 |
| 2.0 ASSENTAMENTOS E AS VÁRZEAS AMAZÔNICAS.....    | 13 |
| 3.0 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ILHA DO BAIXIO ..... | 17 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                        | 20 |
| FONTES E REFERENCIAS .....                        | 22 |

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Mapa de localização da Ilha do Baixio

Figura 2: Encontros do Grupo de Mulheres

Figura 3: Casa do INCRA

Figura 4: Meio de transporte no período da cheia

Figura 5: Oficinas de Pintura

Figura 6: Período de cheia

## **LISTA DE SIGLAS**

CANAS: Colônias Agrícolas Nacionais

CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PDS: Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PAE: Projeto de assentamento Agroextrativista

PAF: Projeto de Assentamento Florestal

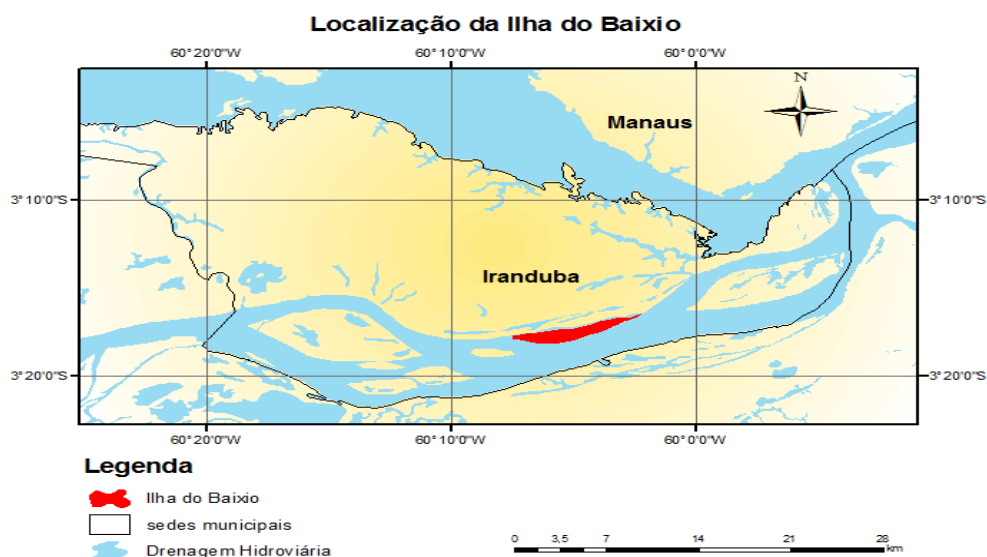
SPU: Secretaria do Patrimônio da União

## INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se às elaborações teóricas e empíricas, em caráter final, da pesquisa que desenvolvi num Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE, implantando pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) numa área de várzea no interior do estado do Amazonas.

A pesquisa é vinculada a um projeto maior, denominado *Mulheres da floresta: memória, território e políticas públicas nas várzeas do Amazonas*, coordenado pela Prof. Dra professora doutora Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O referido PAE situa-se na Ilha do Baixio, localizado a margem esquerda do Rio Solimões, a 15 km da sede do município de Iranduba.



O foco da pesquisa foi tratar o processo de implantação do referido projeto de assentamento na perspectiva das mulheres, mas precisamente das mulheres que constituem o Grupo Mulheres Unidas do Baixo.



Figura 02: Encontros do Grupo de Mulheres.  
Foto: Diego Oliveira, setembro de 2011.

A presente pesquisa tinha como objetivo geral realizar uma descrição etnográfica de como ocorre a participação das mulheres da Ilha do Baixo no processo de criação e implantação do referido PAE tentando compreender como o PAE interferiu no cotidiano e na organização dessas mulheres. Desse modo, me propus a descrever a modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista que foi implantado na Ilha e contextualizar tal projeto no âmbito da política regional de reforma agrária. Preocupe-me também em identificar e analisar as mudanças sociais na Ilha do Baixo, advindas do processo de organização das mulheres e da criação do PAE.

Essa pesquisa não se reduziu a meros procedimentos metodológicos, por ter um caráter etnográfico é um processo em que é impossível prever todas as etapas (Goldenberg, 2004) por isso ela esteve sujeita a modificações ao longo de sua execução. Nessa perspectiva a metodologia aqui empreendida foi pensada como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. Inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam o processo de construção da realidade e da capacidade criativa do investigador (MINAYO, 2003).

Diante disto a metodologia que foi empregada para se alcançar os objetivos citados acima estava ancorada em métodos qualitativos, como a etnografia, que tem como principal preocupação o significado das ações e os eventos dos atores ou grupos pesquisados relacionado na maioria das vezes a sua cultura. Utilizamos esse método na descrição de situações de conflitos em torno do uso e do acesso aos recursos naturais, e



também sobre os conflitos dos direitos sobre o patrimônio e território que ocorrem na Ilha do Baixio (Schweickardt, 2010 b). Esta também foi uma ferramenta que contribuiu na análise do papel das mulheres nesses conflitos e no cotidiano da Ilha.

Utilizamos ainda o método de reconstrução da memória social, usufruindo da colaboração de Halbwachs (2006), que vai definir a memória como uma maneira de construção coletiva sobre o passado feita a partir das condições sociais que o grupo vivencia no presente, ressaltando que é preciso existir pontos de contatos entre os relatos da memória, para que as lembranças possam ser reconstruídas sobre uma base comum. Utilizamos essa ferramenta como uma maneira, de por meio dos relatos e das histórias dos membros mais antigos da Ilha tentar perceber como o passado da vida na região e as mudanças pelas quais foi passando ao longo do tempo são reconstruídos e significados pela memória de seus moradores.

A pesquisa também esteve em certa medida ancorada na observação participante, onde pudemos exercitar nas várias oficinas que realizamos com o Grupo de Mulheres, participando ativamente dessas atividades e paralelo a isso construindo observações e impressões de campo, aproveitando também para realizar algumas entrevistas com as mulheres presentes nessas atividades.

As entrevistas foram semi-estruturadas, e para além do Grupo de mulheres procurei também abordar moradoras da Ilha assentadas e não assentadas do PAE criado pelo INCRA. Também realizei entrevista com um técnicos do INCRA responsáveis pela criação e implantação dos PAEs. Realizei uma pesquisa bibliográfica e de documentos, já que a pesquisa documental é de extrema importância, pelo fato de existirem textos analíticos e relatórios produzidos por pesquisadores, gestores públicos de órgão como o INCRA e o Serviço de Patrimônio da União - SPU e outros que contribuíram bastante com a pesquisa.

Como resultado de todas essas ferramentas metodológicas que citei acima, realizei algumas visitas de campo, mais precisamente oito trabalhos de campo que sempre resultaram em entrevistas e anotações no diário de campo. Foram visitas de um dia, com exceção de uma que foi realizada no período de uma festa tradicional organizada pela comunidade, onde passamos três dias. Essas idas a campo sempre estavam associadas a alguma atividade do trabalho de extensão que é realizado com o Grupo de Mulheres, do qual tenho participado como voluntária, pois essa foi uma maneira de estreitarmos os vínculos com a comunidade.

## **1.0 Reforma agrária e ambientalização**

Essa pesquisa se propôs a compreender como foi se consolidando a política de reforma agrária no Amazonas e para isso fizemos uma alusão sobre o processo de transição que o INCRA sofreu, onde passou de um órgão subordinado a uma matriz desenvolvimentista e integracionista à inserção da variável ambiental em parte de suas ações, sendo obrigado a rever seu modo de trabalho e a redirecionar suas atribuições.

Schweickardt (2010a) relata isso em sua tese quando afirma que as políticas agrárias gerenciadas pelo INCRA na Amazônia estiveram desde a criação do órgão em 1970 subordinadas a uma matriz desenvolvimentista e integracionista, onde a floresta era tida como um empecilho para sua implantação. E o INCRA, nesse contexto, defendia essa política, participando ativamente das ações do governo federal, com projetos de colonização, e assentamento e apoiando os grandes projetos agropecuários na região amazônica. Todo esse empreendimento fazia parte da estratégia de territorialização que era posta em prática desde 1930, nas Colônias Agrícolas Nacionais (CANAS) e que foi sistematizada e implantada pelos governos militares, que tinham como pretensão converter a natureza, antes pensada como improdutiva e uma região imaginada demograficamente como vazia, e economicamente desintegrada, do resto do país. Era preciso transformar essa natureza, sinônimo de atraso em uma área produtiva e voltada para o mercado.

Somente no final dos anos de 1980, devido ao fracasso dos projetos agropecuários que se baseavam no modelo desenvolvimentista e as preocupações ambientais com a região que começavam a surgir, sinalizava que era preciso mudar, e a mudança veio especialmente em função da emergência de novos sujeitos sociais no cenário político regional, como o movimento dos seringueiros e extrativistas. Desse modo, segundo Schweickardt (2010) o INCRA passou a empreender a criação da modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista.

Mas a partir do final da década de 1990, a política do INCRA na Amazônia passou a tomar novos rumos, particularmente no estado do Amazonas. A Amazônia começa a se transformar em um “imenso laboratório de políticas e projetos que, de uma forma ou de outra, tentam compatibilizar a presença dos habitantes com algum tipo de medidas visando à conservação dos ecossistemas em que vivem” (Esterci apud Schweickardt, 2010a, pp.309-310). Inicia-se no Amazonas uma orientação contrária aos modelos de unidades de conservação, que restringiam a presença dos moradores.

Partindo do conceito de Leite Lopes (apud Schweickardt, 2010a) pode se caracterizar esse processo como a “ambientalização” da gestão territorial na Amazônia.

A região agora passa a ser tomada como a grande reserva da biodiversidade, não apenas de seu país, mas de toda a humanidade. A orientação passa a ser para a preservação da biodiversidade e da contenção dos desmatamentos buscando a proteção das florestas, rumo a uma idéia de “desenvolvimento sustentável” (SCHWEICKARDT 2003).

A inserção da variável ambiental nas ações da reforma agrária vem sendo praticada por meio da criação e implantação dos projetos de Assentamento Agro-Extrativistas, tentando respeitar o modelo de ocupação das populações tradicionais na preservação da biodiversidade (SCHWEICKARDT, 2003). Dentre esses projetos podemos destacar os PDS: Projeto de Desenvolvimento Sustentável; PAE: Projeto de Assentamento Agroextrativista e o PAF: Projeto de Assentamento Florestal.

O projeto de Assentamento Agro-Extrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento destinado a populações tradicionais, para a exploração de riquezas extrativistas, ecologicamente sustentável, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas. Tais áreas de domínio público serão administradas pelas populações assentadas através de sua forma organizativa, que receberá a concessão de direito real de uso. (Incra, Diretoria de Assentamentos apud Schweickardt, 2003, P. 84).

Na entrevista que fiz foi possível comprovar isso no discurso do Engenheiro Agrônomo, que trabalha no INCRA desde 2006 e atualmente é Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA, onde relatou que os PAEs são criados pelo que ele chamou de demanda induzida, por pessoas que já moram na área, sempre marcada por uma agricultura de baixo impacto, quase de subsistência, uma agricultura de pouco conhecimento técnico, ou seja, marcada por atividades de baixa tecnologia. Outra característica é que não há lotes demarcados, os agentes do INCRA respeitam a organização territorial existente no local.

Como resultado desse longo processo, em 2007 a Ilha do Baixio foi transformada no projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio e seus moradores da várzea tornaram-se assentados do INCRA.

## **2.0 Assentamentos e as várzeas amazônicas.**

Em termos de políticas fundiárias, as áreas de várzeas estão sob a jurisdição do Serviço de Patrimônio da União-SPU, que é responsável por arrecadar as chamadas

“terras devolutas” e matriculá-las em nome da União concedendo o usufruto aos moradores. Cerca de 300 mil quilômetros quadrados da várzea é de terras públicas geridas pela SPU. Para tentar otimizar a gestão dessas áreas visto que o SPU tinha pouca estrutura física e de recursos humanos para tal tarefa, INCRA e SPU estabeleceram uma parceira.

É, a gestão é da SPU sempre foi, a questão é que do ponto de vista prático a SPU só começou a trabalhar no Amazonas nos últimos 3 a 4 anos, tudo então era INCRA, como não havia esta noção pelo menos fora do INCRA de que a SPU que havia uma diferença entre área de várzea e de terra-firme então as pessoas sempre acharam que era o INCRA o interventor dessas áreas, mas hoje o INCRA trabalha em parceria com a SPU, a gente tem um termo de cooperação que permite que o INCRA possa fazer um trabalho de regularização junto com eles

(Engenheiro Agrônomo Ronaldo Pereira Santos, Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA)

Segundo Ferreira (1994), o assentamento pode ser compreendido, basicamente, como ações de natureza prática, que se inicia com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e se encerra no momento em que eles tomam posse do lote de terra que lhe foi destinado.

Ferreira (1994) comenta que é possível colocar de forma resumida que no modelo estruturado pelo INCRA para assentamentos, decorrentes da reforma agrária, são estabelecidas três condições básicas para sua efetivação: a oferta de terras ao beneficiário; a oferta de condições para explorar a terra; e o incentivo à organização dos assentados.

Logo, para Ferreira (1994) o assentamento agrário seria a culminância e a finalização de um longo processo que se iniciou com a formulação de planos, projetos, desapropriações etc. Mas o assentamento não se conclui apenas com o acesso do trabalhador à terra, é preciso também lhe propiciar condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir sua função social. Pois além do assentamento envolver a fixação do homem na terra, isso não pode se desvincular de condições para torná-la produtiva. Fonte de sustento para o homem.

E o assentamento da Ilha do Baixio, é marcado por essa característica de fertilidade da terra, sinônimo de fartura, pois os seus moradores de alguma forma exercem alguma produção agrícola, em menor ou maior escala. E o seu ecossistema de várzea é um fator primordial nessa função da terra. Porém esse mesmo fator que contribui para o processo produtivo também traz consigo algumas conseqüências ruins,

como as grandes enchentes nem sempre previsíveis, que acabam com as plantações. Durante essa pesquisa pude presenciar todo essa dinâmica da natureza e suas consequências, como a perda das plantações, o cancelamento das aulas por a escola estar alagada, famílias que precisam se retirar e procurar abrigo em outro lugar. Enfim, esse fenômeno afeta de modo substancial a vida de todos.

O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Ilha do Baixio no município de Iranduba foi criado pelo INCRA em 2007 numa área de várzea, área marcada por uma particularidade distinta dos outros assentamentos gerenciados pelo INCRA, são terras que submergem e se fertilizam ciclicamente, que exige de seus habitantes características peculiares de inter-relação com esse movimento natural. A várzea é formada por terra, floresta, água e homens, o camponês amazônico desenvolve sua atividade na terra, na floresta e na água. (Witkoski, 2010). Os moradores desses locais tem um modo de vida pautado pelo movimento das águas, suas moradias são projetadas para o subir e descer das águas, e o projeto de assentamento também procura se enquadrar a essa realidade, as casas desse assentamento são suspensas para enfrentar os períodos de cheia. Apesar da mesma possuem certas características que não agradam os moradores, como o sistema de fossa, e outra coisa que os preocupam é a forma de pagamento desses imóveis.



Figura:03. Casa do INCRA  
Foto:Gilberlene Sousa, novembro 2011

O ecossistema da várzea, é composto por três meses (novembro, dezembro, janeiro) de chuvas intensas, período em que se aumentam os índices de doenças tropicais, mas também fase que facilita a navegação. Em seguida, vem o período da cheia (fevereiro a março) época de verdadeiros temporais, onde dependendo do nível das enchentes muitos camponeses são obrigados a mudarem para a terra firme. Nesse

momento se locomover dentro da comunidade só é possível por meio de canoas (FRAXE, 2000).



Figura 04. Meio de transporte no período da cheia  
Foto: Diego Oliveira, agosto 2011

No período de abril a julho, entra-se na vazante, fase em que as árvores e troncos arrancados pela força da água na estação anterior fazem parte da paisagem, podendo causar acidentes com os barcos, as doenças, insetos e pragas voltam nessa época, ocorre chuvas sazonais e muito sol em julho. Os caminhos nas comunidades estão secos, período de plantio, pois com as cheias ocorrem novos depósitos de terra com um alto índice de fertilidade. A seca por sua vez ocorre entre os meses de agosto e outubro, marcado pela dificuldade de navegação em certas áreas, devido à formação de bancos de areias. Esse é o processo de fertilização nessas terras. (FRAXE 2000)

Como as pessoas que pesquisei vivem na várzea e a produção na agricultura é apenas em um período, todas falam da dificuldade de trabalho no resto do ano. Dizem que sempre guardam um dinheiro para o período da cheia, pois é um período difícil para se ter alguma renda. Essa é a maior reclamação das mulheres sobre a vida na Ilha. Elas gostariam que houvesse mais alternativas. E pelo visto esperam isso do INCRA. Pois dona Elizângela dos Santos em sua entrevista diz:

Menina eu espero que ele traga mais recurso aqui pra nós, porque o pessoa daqui são bastante comunicativo, entram em contato com um e com outro, ai tendo a ajuda deles vamos trazer mais coisas boas pra cá. Eles poderiam fornecer curso pras pessoas, pra dizer eu tenho um diploma eu sei fazer isso. (entrevista com a senhora Elizângela dos Santos, julho de 2011)

Segundo Witkoski (2010), a terra de várzea é um substrato tanto da floresta como da água, onde nunca ou quase nunca, aparecem como mercadoria, ou seja, terra para se fazer negocia, mas sempre como terra que tem como finalidade se trabalhar. A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o homem e a família que nela habita, apareçam como trabalhadores

desta unidade de produção. Logo, sem a enchente e a cheia que a fertilizam, e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como *terras de trabalho* não seriam possíveis.

Fraxe (2000) por sua vez vem apresentar esse morador da várzea, como homem anfíbio, que exerce simultaneamente múltiplas atividades e nenhuma de modo exclusivo, pois além da terra utilizam a água como fundamental meio de produção.

Em entrevista o senhor Ronaldo Pereira disse que todo esse processo dificulta o trabalho do INCRA na hora de demarcar a terra, pois com esse fenômeno de cheia e vazante as terras se movem, mudando constantemente o espaço ocupado pelo assentamento, disse que por enquanto isso é um problema sem solução.

Por ser um ecossistema frágil, a região da várzea era considerada área de proteção permanente, ou seja, um local onde a presença de moradores é proibida. “O Estado via a várzea como intocada, embora secularmente houvesse pessoas vivendo nela. Isso impossibilitava o acesso desses moradores ao crédito e dificultava a atuação dos órgãos ambientais. Agora, os governos estão reconhecendo a importância dessas pessoas na preservação e uso sustentável dos recursos naturais”, disse Ruffino à Radiobrás (BRIANEZI, 2006).

E o assentamento da Ilha do Baixio não foge a essa regra, pois a sua população é zeladora deste modo de vida na várzea, e a política de reforma agrária e os assentamentos que dela deriva, estão tentando considerar a importância dos sujeitos sociais que constituem o cenário das várzeas amazônicas.

É surpreendente o modo como eles relatam sobre o prazer de morar em uma área de várzea apesar de todos os contratempos todos se dizem felizes em morar na Ilha do Baixio. Em uma conversa informal com um morador ele disse que não se vê morando em outro lugar e se preocupa com o futuro do lugar onde mora.

### **3.0 As relações de gênero na Ilha do Baixio**

Embora, nos dicionários a palavra gênero seja uma categoria que indica por meio de desinência uma divisão dos nomes baseado em critérios tais como sexo e associação psicológica, indicando que há gênero masculino, feminino e neutro, segundo Scott (1991), as feministas começaram a utilizar recentemente a palavra gênero como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. Elas começaram a utilizar o termo para introduzir uma noção relacional, sendo assim as mulheres e os homens devem ser definidos em termos recíprocos, onde nenhuma

compreensão a respeito de qualquer um pode existir por meio de um estudo isolado. Os estudos devem ser voltados para a relação entre eles, apenas assim será possível compreendê-los, um em relação ao outro.

Scott ressalta ainda que recentemente o termo gênero é usado como sinônimo de mulheres, esse fato é o que poderia se chamar de uma procura pela legitimidade acadêmica nos estudos feministas.

Simonian (2001) mostra que desde o final da década de sessenta, a questão ambiental tem contribuído para o processo de revelação da importância da mulher nos programas de desenvolvimento. Suas práticas tem sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna, da flora, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural de seu grupo. Além de sua importância no processo de reprodução social, a presença das mulheres nas atividades econômicas, fora do círculo doméstico e no meio urbano, é cada vez maior.

E na Ilha do Baixio é evidente e marcante essa relação de gênero, e a marca das mulheres nas atividades realizadas na Ilha. Elas são sujeitos sociais de extrema importância na dinâmica desse local, são detentoras e multiplicadoras de conhecimento. Mas sempre na companhia dos homens, como Scott coloca, o que importa são as relações de gênero, homem e mulher um em relação ao outro.

As mulheres da Ilha podem não se perceber nesta relação de gênero, mas é evidente que ela existe, e que sempre em seus discursos não se sente submissa ao homem, são tomadora de decisões. Durante o período da minha pesquisa percebi que na comunidade parece haver um equilíbrio nas funções desempenhadas por homens e mulheres.

A comunidade é bem articulada politicamente e as mulheres pelos relatos ouvidos fazem parte disto, elas se organizaram e solicitaram a construção do Centro Comunitário que hoje já está funcionando. As mulheres têm uma longa história de articulações com o Grupo de mulheres da comunidade, que existiu a uns anos atrás e que estava desativado, e o objetivo da nossa equipe de pesquisa, não era apenas fazer a pesquisa e ir embora sem deixar nada de concreto para a comunidade. Por isso nos disponibilizamos em ajudar voluntariamente por meio de um projeto de extensão que tem como intenção trabalhar na reestruturação desse Grupo de mulheres, realizando oficinas de capacitação de interesse delas.





Figura: 05 Oficinas de Pintura  
Foto: Diego Oliveira, setembro 2011

Dessa forma realizamos a nossa aproximação com o nosso “objeto” de pesquisa. Minha orientadora me ensinou que temos que tratar o nosso “objeto”, na verdade como sujeitos, pois lidamos com pessoas, que interagem conosco, que tem opinião, escolha, vontade, por isso é importante antes de iniciar uma pesquisa, estabelecer relações, procurar ganhar certa confiança desse “objeto” que é sujeito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências que adquiri com esse PIBIC são imensuráveis, foi uma oportunidade de ver as teorias que aprendi na sala aula criar forma nas minhas idas a campo. Quando recebi o convite para participar desta pesquisa não sabia nada de trabalho de campo, e aos poucos a cada ida a comunidade me sentia diferente, mas preparada.

A comunidade onde trabalhei, é um lugar incrível, bonito de se ver, um dos tantos “paraísos amazônicos”. A comunidade fica num espaço, rodeado por água e muito verde, as casas são todas adaptadas para enfrentarem os períodos de cheia. E além disto é um espaço constituído de pessoas muito acolhedoras e articulado.

A cada ida a campo um cenário diferente se apresentava aos meus olhos, apesar de viver em Manaus há muitos anos, não tinha tido até o momento a oportunidade de conhecer a vida no campo, muito menos uma realidade de várzea. E durante a minha pesquisa pude perceber e acompanhar de certa forma esse fenômeno natural e suas conseqüências, pois nossa pesquisa também foi afetada por ele, algumas vezes tivemos que cancelar nossas visitas por não haver condições física de chegarmos à comunidade, essa foi uma das dificuldades encontrada para o desenvolvimento da minha pesquisa, pois contra a força da natureza não a argumentos, por isso não pode ir a campo tanto como gostaria, pois na maior parte do ano só dar para chegar a comunidade de barco.



Figura: 06. Período de cheia  
Foto:Diego Oliveira, Junho 2011

Realizei durante a minha pesquisa sete entrevistas, resultado de oito idas a campo, a faixa etária das mulheres que entrevistei varia de 34 a 65. Todas são casadas, três delas nasceram na Ilha e as outras em outros municípios do estado do Amazonas. As mulheres que não nasceram na Ilha, estão lá hoje, porque seus maridos são

moradores da comunidade e foi por meio deles que conheceram o local, todos desenvolvem atividades agrícolas em maior ou menor escala para consumo e venda.

Como o foco da minha pesquisa era as impressões das mulheres sobre o assentamento, fiz varias perguntas sobre esse tema. Quando perguntadas se sabem da transformação da Ilha em um projeto de assentamento, todas disseram que sim, e apenas duas participam das reuniões com os agentes do INCRA, e a principal mudança que citam é a construção das casas, os fomentos, e a esperança de se ter mais recursos e benefícios. Em sua entrevista a senhora Elizângela dos Santos diz:

Eu acho que veio muitas coisas boas, porque a gente vê que chega mais recursos, agora de ruim, bem não sei dizer se é ruim, mas é que dizem agora que a terra não é mais da gente. Ai eu não sei se é ruim ou bom.

Todas em suas entrevistas quando perguntadas sobre o assentamento a primeira coisa que falavam era das casas do INCRA, que dava a todos o direito de ter um canto seu, e que com o assentamento seria possível ter um documento da terra, e isso será muito importante. Mas um das mulheres, a senhora Daniela da Silva em entrevista mostrou certa insatisfação com a estrutura da casa, em seu discurso ela disse que os moradores fizeram um modelo de casa, mas o INCRA não aceitou e essas que eles estão construindo têm uma estrutura diferente das quais os moradores estão acostumados e algumas estão até cedendo, a madeira esta rachando devido à alta temperatura, ela tem receio que essas casas não estejam preparadas para uma grande enchente. Comenta ainda que as fossas projetadas para essas casas também não se enquadra ao ecossistema de várzea.

Em suma, o assentamento mudou a estrutura física do local, com as casa do INCRA que agora fazem parte do cenário e com os motores, bombas de água e reservatórios, mas o assentamento representa pra eles uma ferramenta de conquista, pois as lideranças comunitárias são bem articuladas para isso, são pessoas que estão sempre buscando melhor o modo de vida dos moradores, para que cada vez menos eles tenham a necessidade de sair da Ilha para procurar algo melhor na cidade. Para que tudo que eles busquem possam estar ao alcance na própria Ilha, e o assentamento é mais um desdobramento disto, mas uma conquista para os moradores. Porém, os impactos desse empreendimento têm diversas vertentes e múltiplos significados que pretendemos desvendar em trabalhos futuros.

## FONTES E REFERENCIAS

BRIANEZI, Thais. Incra inicia projeto de regularização fundiária na várzea do amazônica. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-12-05/incra-inicia-projeto-de-regularizacao-fundiaria-na-varzea-amazonica>> acesso em 12/12/2011.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 30-47.

FRAXE, Therezinha J.P. **Homens Anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALBWACHS, Maurice, 1877-1945. **A memória coletiva**; Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). “**Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social**”, In Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p. 09-29.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena S.C **As diferentes faces do Estado na Amazônia**: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010 a.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena S.C **Mulheres da floresta**: memória, território e políticas públicas nas várzeas do Amazonas. Projeto Aprovado pelo CNPq – Universidade Federal do Amazonas 2010 b.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena S.C. Reforma Agrária e Política ambiental na Amazônia – encontros e desencontros. In: ESTERCI, Neide; VALLE, Raul (orgs.). **Reforma Agrária e meio ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. p. 81-87.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade: mulher e educação. Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 01-15, jul.dez.1991.

SIMONIAN, Ligia. **Mulheres da Floresta amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA[NAEA], 2001.

WITKOSKI, Antônio Carlos, **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2º Edição. – São Paulo: Annablume, 2010.